



SME JOÃO PESSOA

Professor de Educação Básica I

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	6
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexo, operadores sequenciais.	7
Significação contextual de palavras e expressões	9
Equivalência e transformação de estruturas	16
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação	18
Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal	2
Pontuação	3′
Estrutura e formação de palavras	3
Funções das classes de palavras	38
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	49
Concordância nominal e verbal	5
Regência nominal e verbal	54
Ortografia oficial	50
Acentuação gráfica	6
Questões	6
Gabarito	8
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	
Constituição federal de 1988	1
Lei de diretrizes e bases da educação nacional (ldb - lei nº 9.394/1996)	7
Plano nacional de educação para o decênio 2014/2024 – (lei nº 13.005/2014)	3
Prorrogação do plano nacional de educação (pne) - lei 14.934/2024	6
Documento de implantação da base nacional comum curricular - resolução cne/cp nº 2, de 22 de dezembro de 2017	6
Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) - lei nº 13.146/2015	7
O ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino fundamental e médio (lei 10.639/2003 E lei 11.645/2008)	10
Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069, De 13 de julho de 1990	10
Questões	17
Cohorito	40





DIDÁTICA

O processo didático e suas dimensões
O planejamento e seus elementos estruturantes e integradores
O planejamento didático, a natureza e objeto de estudo dos diferentes componentes curriculares
A gestão da sala de aula
Os conteúdos escolares e suas tipologias: conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais
Habilidades e competências na educação básica
Tendências pedagógicas
O Projeto Pedagógico da escola: fundamentos, princípios, estrutura e elaboração Metodologias de ensino: enfoques teóricos, diversidade de abordagens e procedimentos
As metodologias ativas
Formas de organização do currículo na educação básica
A avaliação da aprendizagem: concepções, funções, tipos de avaliação. Instrumentos e técnicas de avaliação
Conselho de classe e a sua função pedagógica
A Comunicação Pedagógica: componentes, funções e tipos
Plataformas de Aprendizagem Online: Moodle, Google Classroom e outras ferramentas
Recursos Multimídia: Uso de vídeos, podcasts, infográficos e outros recursos visuais e auditivos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem
Ferramentas de Colaboração: Google Docs, Trello e Padlet, e como utilizá-los em sala de aula
Gamificação: Estratégias para incorporar elementos de jogos no ensino
Avaliação Digital: Métodos e ferramentas para realizar avaliações online, como quiz- zes e testes interativos, além de como interpretar os dados gerados
nclusão Digital
Educação Híbrida
Segurança Digital: Importância da segurança online e como educar os alunos sobre o uso responsável da tecnologia
Questões
Gabarito





CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Os fins da educação
A função social da escola
Contextos culturais e aprendizagem
Desenvolvimento e aprendizagem
Criança e infância: conceito e concepções de criança e infância ao longo da história; a criança como sujeito de direitos; a cultura da infância
A transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental
Gestão democrática e participativa na escola
Educação das relações étnico-raciais no âmbito da educação básica
Pedagogia: objeto de estudo
Tendências pedagógicas: seus pressupostos teóricos, pedagógicos e metodológicos
A didática como ciência; o objeto de estudo da didática
O ensino fundamental – anos iniciais e suas especificidades
A natureza e os conteúdos dos componentes curriculares língua portuguesa, matemá tica, ciências da natureza, história e geografia (fundamentos pedagógicos, unidades temáticas, objetos de conhecimento, aspectos metodológicos)
A linguagem e a criança: o papel da linguagem na aprendizagem e no desenvolvimen to infantil
Aquisição da linguagem oral e escrita
Alfabetização e consciência fonológica
Apropriação do sistema de escrita alfabético-ortográfico
Leitura, ausculta e autoria nas produções orais e escritas
Alfabetização e letramento
Desenvolvimento da linguagem e a cultura escrita na educação infantil
O brincar e as interações na aprendizagem e desenvolvimento das crianças desde bebe
Educação inclusiva: conceito e princípios
A educação de crianças com deficiência; diferentes tipos de deficiência; adaptaçõe: curriculares e recursos pedagógicos para a inclusão
Atendimento educacional especializado
Questões
Gabarito







Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- Vocabulário: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- Sintaxe: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- Coesão e coerência: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.





Legislação Educacional

Prezado(a), trata-se de um texto legal extenso, o qual na falta de um direcionamento do Edital sobre a matéria em específico, organizamos as partes comumente solicitadas pelos Editais. Estas foram adequadas de acordo com a demanda solicitada, para que você tenha uma boa base sobre o assunto.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir: https://www.planalto.gov.br/cci-vil 03/constituicao/constituicao.htm

Bons estudos!

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)





Didática

CONCEITO DE PROCESSO DIDÁTICO E SUA FUNÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O processo didático é um conceito central na área da Didática, e está diretamente ligado à organização e à mediação do ensino com vistas à aprendizagem significativa. Ele diz respeito ao conjunto articulado de ações planejadas e intencionais realizadas pelo professor, com o objetivo de promover o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes.

Essas ações envolvem a escolha de conteúdos, a definição de métodos de ensino, a utilização de recursos didáticos, a avaliação da aprendizagem e a construção de um ambiente relacional propício ao processo educativo.

A prática pedagógica, nesse contexto, é o campo de aplicação do processo didático. Trata-se da concretização das intenções educativas em situações reais de ensino, em que o professor atua como mediador entre o conhecimento sistematizado e os sujeitos aprendentes.

A prática pedagógica não se reduz à aplicação de técnicas ou métodos previamente estabelecidos; ela requer reflexão constante sobre o contexto, os objetivos educacionais e as características dos alunos.

O processo didático é, portanto, essencialmente mediador. Ele se diferencia de um processo meramente instrucional por sua intencionalidade pedagógica e pelo compromisso com a formação integral dos sujeitos. Enquanto o processo instrucional foca na transmissão de informações, o processo didático orienta-se para a construção do conhecimento, respeitando o ritmo dos alunos, estimulando a participação ativa e promovendo a autonomia intelectual.

Na prática pedagógica, o processo didático cumpre diversas funções fundamentais:

- Função formativa: ao possibilitar que o estudante desenvolva competências cognitivas, afetivas e sociais. Isso implica não apenas a assimilação de conteúdos, mas também a capacidade de refletir, criticar, argumentar e agir com responsabilidade no mundo.
- Função organizativa: pois fornece estrutura e orientação para o trabalho docente, permitindo que o professor planeje, acompanhe e avalie o processo de ensino-aprendizagem de forma sistemática.
- Função relacional: já que promove a interação entre professor e alunos e entre os próprios estudantes. Essa dimensão interpessoal é fundamental para a criação de um clima de confiança, cooperação e respeito mútuo.
- Função adaptativa: ao permitir que o ensino seja ajustado às necessidades e potencialidades dos estudantes, respeitando a diversidade cultural, social e cognitiva da turma.

Do ponto de vista histórico e filosófico, o processo didático tem sido compreendido de diferentes maneiras, a depender da concepção de educação que se adote. Em abordagens mais tradicionais, ele é visto como um mecanismo de transmissão de saberes prontos, centrado na figura do professor.

Já nas perspectivas progressistas e crítico-reflexivas, como as propostas por Paulo Freire, Dermeval Saviani e Libâneo, o processo didático é compreendido como uma atividade dialógica, problematizadora e transformadora da realidade.

Em síntese, o processo didático é o elo entre a teoria pedagógica e a prática educativa, sendo o instrumento pelo qual se operacionalizam as finalidades educacionais. Sua correta compreensão e aplicação são indispensáveis para uma prática pedagógica consciente, crítica e eficaz, que respeite os direitos de aprendizagem dos estudantes e contribua para a formação de sujeitos ativos, críticos e emancipados.

AS TRÊS DIMENSÕES DO PROCESSO DIDÁTICO: CONTEÚDO, MÉTODO E RELAÇÕES SOCIAIS

O processo didático é estruturado a partir de três dimensões fundamentais que se articulam de maneira interdependente: o conteúdo, o método e as relações sociais. Cada uma dessas dimensões possui um papel específico no contexto do ensino e da aprendizagem, e sua integração eficaz é essencial para alcançar os objetivos educativos propostos. A seguir, exploraremos cada uma dessas dimensões com profundidade.





Conhecimentos Específicos

FINALIDADES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

- As finalidades sociais da educação: formação cidadã, inclusão e justiça social

A educação, enquanto prática coletiva e institucionalizada, cumpre funções sociais fundamentais para a manutenção, transformação e desenvolvimento das sociedades. No Brasil, a legislação educacional confere à educação não apenas a tarefa de transmitir conteúdos escolares, mas, sobretudo, de promover a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

- Educação como promotora da cidadania

A formação para o exercício pleno da cidadania é uma das mais destacadas funções sociais da educação. Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a educação tem por finalidade "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Essa diretriz legal traduz a concepção de que a escola deve capacitar o indivíduo para participar ativamente da vida pública, compreendendo seus direitos e deveres, intervindo de forma crítica nas decisões coletivas e respeitando a diversidade.

A cidadania, nesse contexto, não se restringe ao direito de votar, mas envolve uma gama de competências sociais, éticas e políticas que precisam ser construídas ao longo da trajetória educacional. A escola, portanto, deve criar espaços de participação, diálogo e convivência democrática, onde o estudante experimente e compreenda os princípios da justiça, solidariedade, respeito e responsabilidade.

Preservação e renovação da cultura e dos valores sociais

Outro aspecto central da função social da educação é a sua atuação como meio de transmissão, preservação e renovação dos valores culturais, históricos, científicos e éticos de uma sociedade. O educador francês Émile Durkheim, em sua obra clássica Educação e Sociologia, afirmava que a educação é o processo pelo qual a sociedade reproduz a si mesma, transmitindo às novas gerações as normas e valores necessários à sua continuidade.

Entretanto, a educação não se limita à reprodução de padrões estabelecidos: ela também promove a reflexão crítica sobre esses valores, permitindo a evolução cultural e social. Ao proporcionar o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, a escola abre espaço para que o estudante compreenda sua identidade cultural, valorize a diversidade e se posicione frente às questões sociais contemporâneas.

Nesse sentido, o currículo escolar deve contemplar as múltiplas manifestações culturais existentes no país, incluindo a história e cultura afro-brasileira, indígena e regional, conforme disposto na Lei nº 11.645/2008, promovendo uma educação antirracista, plural e inclusiva.

Instrumento de equidade e redução das desigualdades

A educação também se apresenta como uma das mais potentes ferramentas de combate às desigualdades sociais. Em uma sociedade marcada por profundas assimetrias econômicas, raciais e territoriais, garantir o acesso universal, equitativo e de qualidade à educação pública é um compromisso fundamental do Estado.

Políticas públicas como a universalização do ensino obrigatório, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), os programas de alimentação e transporte escolar, e a oferta de materiais didáticos gratuitos, buscam assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham condições mínimas de permanência e aprendizagem.

Mais do que garantir acesso, é preciso promover a equidade: oferecer mais àqueles que mais precisam, respeitando as diferenças e compensando desigualdades históricas. Isso exige políticas afirmativas, formação docente adequada, valorização das culturas locais e práticas pedagógicas inclusivas.